

1

2

3

4

**Transcrição da Ata da centésima octogésima  
sexta (186ª) Reunião Plenária Ordinária do  
Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA).**

Ao vigésimo sexto dia do mês de abril de dois mil e vinte e três, realizou-se a centésima octogésima sexta reunião ordinária, do Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA), no formato híbrido, presencial – na sala dos Colegiados – Robério Nobre, na Secretaria de Estado do Meio Ambiente, localizada na Avenida Mendonça Furtado, número 53, Centro, Macapá – Amapá e por videoconferência pela plataforma *Jitsi Meet*, sob a presidência da senhora **TAISA MARA MORAIS MENDONÇA**, com a presença dos conselheiros: **MÁRCIA BUENO/IBAMA**, **PATRICK DE CASTRO CANTUÁRIA/SEMA**, **CLEANE DO SOCORRO DA SILVA PINHEIRO** – Suplente/SEMA, **CHARLES RICARDO FERREIRA REIS**–Suplente/AEFA, **RENATTA SANTOS SERAFIM/ABES**, **MARCELINA DIAS NETA/SEED**, **MARCELO JOSÉ DE OLIVEIRA/UNIFAP**, **ALEXANDRE CARLOS YARED LIMA/SDR**, **JOSÉ DAS GRAÇAS DOS SANTOS TORRES/ MP/AP** e **JOÃO RAMOS DE MATOS FILHO** – Suplente MP/AP e virtualmente **ALCIONE MARIA CARVALHO CAVALCANTE/AEFA**, **MILENA SANTOS OLIVEIRA/SEINF** e **PAULO SÉRGIO SAMPAIO FIGUEIRA/OAB/AP**. Contando ainda com a presença dos Técnicos da SEMA: Wellinson Maximin, Denis Werlen Nunes, Fabrício Borges Oliveira, representantes da ELETROBRAS ELETRONORTE, da empresa TRACTEBEL, para apreciação e deliberação da seguinte pauta: **ITEM 1** – Aprovação das atas da 184ª RO e 137ª e 138ª RE; **ITEM 2** – Apresentação Projeto e andamento do licenciamento da ampliação da Hidrelétrica Coaracy Nunes; **ITEM 3** – Apresentação acerca do empreendimento Usina Termelétrica – UTE Rio Matapi, Usina Termoelétrica a gás natural; **ITEM 4** – Informes sobre os Termo de Referencias para o Licenciamento Ambiental e, **ITEM 5** – O que ocorrer. Às nove horas e dez minutos (09h10min) a senhora Presidenta **TAÍSA MENDONÇA** declarou aberta a sessão, tendo atingido o número regimental de conselheiros presentes. A presidenta deu as boas-vindas aos presentes em seguidas propôs ao Pleno a inversão de pauta passando primeiramente aos itens 2 e 3 e posteriormente tomando a ordem normal da pauta, proposta acatada. Prosseguindo perguntou se os representantes da Eletronorte estavam presentes na sala virtual. O senhor Rubens Ghilardi, gerente de licenciamento ambiental da empresa, este informou que serão duas apresentações sucintas: uma sobre o projeto e outra sobre RAS. A primeira será conduzida pelo Superintendente de Engenharia de Geração, senhor Gilberto Tannús Elias iniciou com retrospecto do projeto inicial, abordou as alterações que ocorreram ao longo dos anos. A partir de 2008 o Amapá foi ligado ao Sistema Interligado Nacional (SIN) dessa forma abriu a possibilidade para o aproveitamento ótimo dos recursos hídricos do estado com instalação de novas hidrelétricas. Segundo dados do ministério de minas e energia a expansão da UHE

4

5



41 Coracy Nunes trará aumento de segurança energética tanto para o Amapá como para o  
42 País. Prosseguindo senhor Gilberto Elias frisou que a obra será de baixo impacto, não  
43 haverá desapropriação, o nível do reservatório não aumentará. Com previsão de gerar  
44 aproximadamente 2.400 empregos, durante as obras. A geração atual é de 78 MW e a  
45 ampliação garantirá mais 220 MW. Ressaltou que a UHE Coaracy Nunes 2 irá se  
46 conectar a nova subestação Macapá 2, licitada recentemente e que está em obras. A UHE  
47 Coaracy Nunes como todo, transmitirá energia por dois braços de conexão, trazendo  
48 mais segurança de transmissão para o sistema. Essa nova conexão que está sendo  
49 construída é paralela a conexão de Cachoeira Caldeirão e a de Ferreira Gomes Energia.  
50 Havendo falhas na linha de transmissão existente de Ferreira Gomes, a linha da Coracy  
51 Nunes irá suprir a transmissão. Representando mais robustez, tanto do ponto de vista de  
52 transmissão quanto do da geração, finalizou o senhor Gilberto Elias. Tomando a palavra  
53 a Presidenta consultou o Pleno se há algum questionamento em relação a explanação  
54 do Superintendente ou se prossegue com a segunda apresentação deixando as  
55 intervenções para o final. Os conselheiros Optaram por intervir ao final. Em seguida a  
56 Presidenta passou a palavra ao senhor Rubens Ghilardi para continuidade das  
57 apresentações, este por sua vez passou a palavra a senhora Luíza Vieira da empresa  
58 TRACTEBEL, contratada pela ELETROBRAS ELETRONORTE para elaboração do  
59 Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e do Relatório de Detalhamento dos  
60 Programas Ambientais (RDPA) a partir de estudos primários realizados dentro da Área  
61 Diretamente Afetada (ADA) do empreendimento e no entorno para os estudos de  
62 socioeconomia, contou uma equipe multi e interdisciplinar composta por sociólogos,  
63 geógrafos, engenheiros florestais e ambientais e biólogos. O RAS teve um carácter  
64 diferenciado por ter um semelhança a um Estudo de Impacto Ambiental (EIA), foi  
65 elaborado com levantamento em campo, com campanhas de fauna, campanhas de flora  
66 e campanhas de socioeconomia. Foi feito delineamento da área, definindo a área de  
67 influência direta, área de influência indireta e área de intervenção que é a ADA. Os  
68 estudos apontaram que 19 impactos serão gerados por conta da ampliação da UHE  
69 Coaracy Nunes, a partir da identificação desses impactos foram levantados 18  
70 programas necessários para mitigarem os impactos gerados. Listados os programas  
71 mitigadores, elaborou-se o detalhamento dos mesmos no RDPA. Os programas  
72 ambientais contemplados são: **Plano Ambiental de construção; Programa de**  
73 **Monitoramento de Qualidade das Águas; Programa de Recuperação de Áreas**  
74 **Degradadas; Programa de Resgate da Flora; Programa de Supressão Vegetal;**  
75 **Programa de Afugentamento e Salvamento da Fauna; Programa de Salvamento da**  
76 **Ictiofauna; Programa de Monitoramento da Fauna; Programa de Comunicação;**  
77 **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; Programa de Monitoramento de**  
78 **Vetores e Controle da Malária; Programa de Acompanhamento Arqueológico da**  
79 **Obra; Programa de Adequação da Infraestrutura da Segurança**  
80 **Pública; Programa de Adequação dos Serviços Públicos e da Gestão**  
81 **Urbana; Programa de Adequação e Melhoria da Estrada de Acesso a UHE Coracy**



11  
12  
13  
82 **Nunes; Programa de Capacitação e Desenvolvimento de Fornecedores; Programa**  
83 **de Capacitação e Valorização de Mão de Obra Local e Programa de Educação**  
84 **Ambiental.** Senhora Luíza Vieira lembrou que todos os programas foram elaborados,  
85 apresentados e detalhados no RDPA a partir de indicação e discussões junto a  
86 SEMA/AP, antes e durante a elaboração dos programas. Finalizando apresentação  
87 destacou os principais impactos decorrentes da ampliação da UHE Coaracy Nunes - no  
88 meio físico: resultarão das atividades construtivas que ocorrerão nas obras, com  
89 alteração locais na qualidade do ar, água, solo, aumento do nível de ruídos e indução de  
90 processos erosivos. Meio biótico: consequências direta da supressão da vegetação. A  
91 maior numero de impacto é de carácter local, na área de instalação da ampliação. Não  
92 haverá relocação de comunidades, propriedades ou famílias. Está previsto o  
93 aproveitamento da mão de obra local, prestadores de serviços e fornecedores, concluiu a  
94 senhora Luíza Vieira. A presidenta agradeceu pela explanação, em seguida abriu para  
95 questionamentos dos Conselheiros. Conselheiro ALEXANDRE YARED/SDR indagou  
96 qual a dimensão da área de onde será escava a bacia até o Rio Araguari e volume  
97 necessário para drenar a água. Senhor Gilberto Elias respondeu que não haverá  
98 escavação para drenar a água, a escavação será apenas na casa de força, será construído  
99 uma barragem que ficará cheia de água. Quanta a distancia até o rio Araguari será de  
100 aproximadamente um quilometro (1km). Conselheiro YARED observou que na imagem  
101 apresentada não se consegue identificar a barragem de contenção de água. Senhor  
102 Gilberto Elias esclareceu que o Projeto de Ampliação ainda é uma proposta, que esta na  
103 fases de anuências. Precisa anuências da Agencia Nacional de Energia Elétrica e as  
104 licenças ambientais, já foi emitida a licenças prévia (LP), aguardando a Licença de  
105 Instalação (LI). De posse de todas as autorizações as obras devem iniciar em 2024, hoje  
106 não se tem nada no local, frisou Gilberto Elias. Conselheiro **MARCELO**  
107 **OLIVEIRA/UNIFAP** pediu mais detalhamento em relação as imagens apresentadas,  
108 para entender o que cada uma representa no Projeto de Ampliação. Senhor Gilberto  
109 Elias esclareceu que haverá uma área de bota fora para o excesso de escavação, será  
110 construído uma estrutura grande de concreto, onde ficará as duas novas unidades  
111 geradoras, será escavado um canal de fuga por passará que sai das turbinas direcionando  
112 ao vertedouro, haverá uma barragem fechando a casa de força. Senhor Gilberto Elias  
113 não souber precisar qual a profundidade da barragem e nem da casa de força, indaga  
114 pelo Conselheiro Marcelo Oliveira. Senhor Gilberto Elias se comprometeu em  
115 encaminhar o Projeto completo para SEMA para esta encaminhe ao COEMA.  
116 Conselheiro YARED solicitou que os documentos para apreciação do Pleno sejam  
117 encaminhados previamente aos conselheiros. Conselheiro **MARCELO**  
118 **OLIVEIRA/UNIFAP** questionou a equipe responsável pela área ambiental – quanto a  
119 pressão demográfica - o tempo de duração da obra, quantitativo de pessoas atraídas  
120 para a região, onde essas pessoas ficarão abrigadas. De forma o inchaço populacional  
121 será mitigado. Considera a pressão demográfica um dos impactos mais significativos em  
122 se tratando dessa obra, essas questões não ficaram claras na apresentação Presidenta



123 Taísa Mendonça solicitou aos representantes da ELETRONORTE que encaminhe para  
124 SEMA as informações dos pontos que ficaram pendentes. Em seguida passou a palavra  
125 ao Conselheiro **CHARLES REIS**/Suplente-AEFA observou que as apresentações  
126 poderiam ter sido presencial, dada a importância da temática considerou a apresentação  
127 superficial, com alguns pontos relevantes não abordados, mas acredita que esteja no  
128 RAS apresentado à SEMA, por exemplo: o volume do bota fora, o tamanho da área  
129 onde será depositado o material. Discordou da fala do senhor Gilberto Elias de que  
130 haverá redução da geração térmica ofertada no país. Não reflete a realidade visto que há  
131 proposta para construção de uma termelétrica no Amapá, com previsão para gerar mais  
132 da metade do que se produz hoje com as Hidrelétricas. Prosseguindo solicitou a  
133 disponibilização do RAS no portal da SEMA, questão de transparência das informações  
134 públicas, concluiu. A Presidenta **TAÍSA MENDONÇA** em resposta aos  
135 questionamentos do Conselheiro Charles Reis, informou que a transparência do site e de  
136 outros canais da SEMA estão sendo reorganizados, com base em normas, requisitos e  
137 padrões. Informou ainda que esta em constante diálogo com Controladoria Geral do  
138 Estado (CGE), para fazer a formatação. A Presidenta observou que os processos de  
139 licenciamento são volumosos e a compactação no site da SEMA, não é o mais adequado  
140 a ser feito. Deixou claro que todo e qualquer informação que os Conselheiros quiserem  
141 podem solicitá-la ao Gabinete da SEMA ou na secretaria executiva do COEMA.  
142 Conselheiro **PATRICK CANTUÁRIA**/SEMA esclareceu a Agência Nacional de  
143 Energia Elétrica tem plano para que no período de 30 anos possa reduzir todas as  
144 termelétricas existentes, mas enquanto isso não se concretiza é preciso construir novas  
145 termelétricas para resolver o problema de energia que há no Amapá. A tecnologia  
146 utilizada para construção dessas usinas é o que se tem de mais moderno no mercado,  
147 diferente das construídas há 30 anos, com alto grau de poluição. O Estado do Amapá é  
148 o único que não tem backup. Conselheiro Charles Reis diz que quando cobra  
149 transparência, não é apenas para os Conselheiros, mas para toda a sociedade, daí a  
150 importância de disponibilizar as informações em canal, mas reconhece as limitações  
151 tecnológicas nos órgãos públicos. Presidenta Taísa Mendonça agradeceu as observações  
152 do Conselheiro e passou a palavra ao conselheiro **ALCIONE CAVALCANTE**/AEFA  
153 comparou o PBA da Ferreira Gomes Energia que foi construído de forma participativa,  
154 em compensação a implementação não foi boa, visto que o procedimento de  
155 licenciamento no país o controle social acaba quando termina a audiência pública e  
156 expedido a primeira licença, após essa fase os programas ambientais que fazem parte do  
157 PSA responsáveis por mitigarem os impactos fica muito a cargo dos técnicos do órgão  
158 licenciador e da empresa. Observou que nos últimos dois PBAs acompanhados pelo  
159 COEMA, o da Ferreira Gomes Energia e o da Cachoeira Caldeirão que o resultado final  
160 desses programas ambientais ficou muito aquém do que se esperava e envolveu uma  
161 soma generosa de recursos, pouca coisa se viu para mitigar os impactos ambientais  
162 decorrentes do processo migratório e da demanda sobre a rede hospitalar e de ensino  
163 nos municípios. Aquela época houve recomendação do Ministério Público Estadual para



que os PBAs fossem construídos com a participação das comunidades, Isso não foi observado na prestação. Indagou se o PBA já foi concluído ou se ainda há possibilidade de rever essa questão, para que a população que será afetada se aproprie para poder cobrar dos Gestores Públicos a eficácia e eficiência que se espera desses programas, evitando que ocorra ingerência indevidas nos mesmo. Sugeriu que os programas trabalhem com nível de detalhamento, inclusive de custos, com clareza e transparência, para saber o que está sendo investido na região e quais os benefícios para a sociedade local, concluiu o conselheiro Alcione Cavalcante. Conselheiro **PAULO SÉRGIO FIGUEIRA/OAB-AP** quanto questão da transparência é uma exigência legal, há duas legislações federal que especificas sobre a matéria: Lei 12.527 de 18 de novembro de dois e onze - trata sobre acesso informação e no âmbito ambiental tem a Lei 10.650 de dezesseis de abril de dois mil e três – obriga todos os Órgãos do SISNAMA a disponibilizar informações sobre os processos ambientais para conhecimento da sociedade. A União tem um programa nacional onde se tem acesso todas as informações ambientais. Prosseguindo o Conselheiro perguntou se houve termo de referencia para projeto de ampliação da UHE Coaracy Nunes e quais estudos exigidos. Cobrou para as próximas reuniões onde se tenha apresentação sobre qualquer empreendimento que os conselheiros tenham acesso aos documentos previamente para que possam interagir e não meros ouvintes. Presidenta **TAÍSA MENDONÇA** pediu que o Analista de Meio Ambiente Denis Werlen Nunes esclarecessem os questionamento dos Conselheiros Alcione e Paulo Sérgio. Denis esclareceu que partindo da experiencia dos PBAs da UHE Ferreira Gomes, se adotou como estrategia-a orientação do empreendedor a formalizar termo de compromisso em cada programa ambiental com os parceiros por ele identificados (entidades civis, órgãos público). Esses termos de compromissos estabelecem o objeto e o que deve ser realizado de investimentos, qualificação, etc. Com base nos termos de compromisso é que faz o monitoramento da execução dos programas no meio socioeconômico, a partir desse monitoramento é possível saber se o programa está sendo cumprido plenamente, parcialmente ou não foi atendido. Em relação ao questionamento do Conselheiro Paulo informou que houve sim Termo de Referencia para a elaboração do RAS do projeto de ampliação da UHE Coaracy Nunes e foi bastante abrangente, justamente para que se pudesse identificar todas nuances de impactos, apesar das intervenções estarem localizadas em área de domino da empresa e antropisada, as repercussão desses impactos tem uma grande dimensão, como os citados pelo conselheiro Marcelo Oliveira, finalizou o Técnico. A presidenta **TAÍSA MENDONÇA** pergunto se os representantes da empresa ainda tinham algo a esclarecer. Senhor Rubens observou que as intervenções dos conselheiros foram mais em relação ao processo de licenciamento, mas que o Denis que acompanha os tramites desde o inicio e conseguiu esclarecer. Embora seja um relatório simplificado, teve características de estudo de impacto ambiental, com campanhas de campo e levantamento primários. Em relação aos termo de compromissos para os programas socioeconômicos, em geral por exigência legal se



205 faz parceria com os órgãos que receberão os benefícios previstos no programa –  
206 educação, saúde, segurança pública. Quando firmados esses termos de compromissos,  
207 serão públicos e tem que ser monitorados tanto pela SEMA como por toda sociedade.  
208 Enfatizou que a ELETRONORTE está cumprindo todas exigências legais impostas pela  
209 legislação do Estado do Amapá e pela SEMA. Informou que toda documentação  
210 referente ao projeto foi encaminhado para Secretaria, mas se os Conselheiros e a própria  
211 SEMA necessitarem de outras informações a empresa está a disposição para atender,  
212 finalizou o senhor Rubens Ghilard. Presidenta **TAÍSA MENDONÇA** reforçou que não  
213 recebeu qualquer solicitação dos conselheiros, mas que quando requerido será atendido.  
214 Conselheiro ALEXANDRE YARED ressaltou que as solicitações se baseiam no fato de  
215 que o COEMA deve atuar de forma participativa, conforme previsão legal precisa tomar  
216 ciência previa das informações. Presidenta **TAÍSA MENDONÇA** pediu para questões  
217 mais internas ao COEMA sejam discutidas no ITEM O que ocorrer. Agradeceu a  
218 participação dos representantes da ELETRONORTE pela explanação. Em seguida  
219 passou ao **ITEM 3 – Apresentação acerca do empreendimento Usina Termelétrica –**  
220 **UTE Rio Matapi, Usina Termoelétrica a gás natural**, em ato continuo solicitou a equipe  
221 representante da empresa que iniciassem a apresentação sobre o empreendimento.  
222 Senhor Christian Celeste Gerente de Novos Negócios do empreendimento deu inicio a  
223 explanação ressaltando a importância da diversificação das fontes de energia para o  
224 País. O Brasil não pode prescindir da energia termoelétrica, hoje esta fonte está  
225 associada a segurança. As fontes renováveis por mais barato, menos poluentes e  
226 interessantes que sejam, são fontes intermitentes não estarão cem por cento disponíveis  
227 e segurança do sistema no período de estiagem, faltar vento ou sol. Informou que o  
228 empreendimento se encontra na fase de Licença Prévia (LP) projeto, localização será o  
229 Distrito Industrial no município de Santana/AP, a direita da ponte, no sentido Santana  
230 Mazagão, capacidade de geração 600MW. Será utilizado o que há de mais moderno em  
231 tecnologia para geração de energia utilizando gás natural, com capacidade de atingir  
232 uma eficiência da ordem 63% na conversão de energia, é uma percentual bem elevado  
233 comparado as usinas que utilizam tecnologia de motores. senhor Christian Celeste  
234 demonstrou funcionalidade e operacionalização dos equipamentos quando em operação.  
235 A conexão a rede elétrica é um processo de licenciamento distinto, mas informou que  
236 usina será conectada a subestação Macapá 3, devido a proximidade da região  
237 metropolitana Macapá, Santana e Mazagão, eventualmente pode haver expansão do  
238 sistema elétrico de distribuição de energia para esses municípios, utilizando a própria  
239 estação da usina, construindo ao lado uma nova estação expandir e ter uma terceira  
240 alternativa de suprimento de energia para a região. O principal benefícios para o Amapá  
241 - aumento da segurança energética, capacidade de abastecer todo o Estado, geração de  
242 empregos de 800 diretos e 2000 indiretos (fase de obras 2025-2027), de 100 diretos a  
243 1000 indiretos (fase de operação); desenvolvimentos de novos negócios;  
244 Disponibilidade de gás natural no Amapá que poderá ser utilizado por novas industrias,  
245 em veículos ou para uso comercial, finalizou senhor Christian Celeste. Na sequencia foi



246 passado a palavra ao senhor Marcelo Pinellis responsável pelos Estudos de Impactos  
247 Ambientais (EIA) informou que foram avaliados três locais, vários critérios ambientais,  
248 proximidades com os centros urbanos. O diagnostico tem por objetivo identificar e  
249 avaliar os aspectos ambientais da área e se posicionar sobre o que será ou não, afetado  
250 no meio ambiente em função do empreendimento. Destacou que a área se encontra em  
251 elevado grau de antropização devido utilização anterior, com poucos resquício de  
252 animais vivendo por lá a maiorias de aves, como área de descanso, em relação a  
253 mastofauna não foram identificados nenhuma especie no local, na socioeconomia foram  
254 avaliados os municípios de Santana e Macapá e também os bairros próximos ao  
255 empreendimento. Os estudos apontaram 25 impactos, sendo oito (08) de carácter  
256 benéficos, esses serão percebidos principalmente no meio socioeconômico – **oferta de**  
257 **ocupação/renda, crescimento do comercio, aumento da arrecadação tributária,**  
258 **valorização e recuperação paisagística e produção de energia elétrica** e dezessete  
259 (17) de carácter adversos – esses na sua maioria são dentro da poligonal do  
260 empreendimento e sobre o meio físico – supressão e remoção da vegetação, aumento de  
261 ruído, poeira e outros. Para cada impactos adverso será proposto medida mitigadoras  
262 para amenizar seus efeitos. Senhor Marcelo encerrou a explanação se colocando a  
263 disposição para os questionamentos. Presidenta **TAÍSA MENDONÇA** abriu para as  
264 manifestações dos Conselheiros. **MARCELO OLIVEIRA/UNIFAP** reforçou a fala dos  
265 conselheiros Charles, Paulo e Yared em relação a questão da transparência, sem  
266 disponibilização das informações não tem como participar efetivamente. Chamou  
267 atenção para o sistema do IBAMA nele é possível desde o momento que o  
268 empreendedor solicita a licença acessar todas as informações. O estado precisa fazer o  
269 mesmo. Esclareceu que o requerimento que fez foi para entender o processo de  
270 licenciamento - quando começou, qual foi o termo de referencia e se o mesmo é  
271 adequado, para que não se cometa os mesmo erros, citados pelos Conselheiro Alcione,  
272 em relação as hidrelétricas. Disse desconhecer experiencia exitosa de licenciamento no  
273 Amapá, não há acompanhamento. No Amapá existem apenas duas atividade de impacto  
274 significativo: exploração mineral e hidrelétricas, mas o estado não dá conta, há muitos  
275 passivos ambientais deixados para traz. Essa realidade precisa mudar, para isso é  
276 preciso publicizar os documento para a sociedade se apropriar, consiga entender e  
277 opinar. Questionou a localização do empreendimento próximo a ponte. O Estudo  
278 aponta alternativa locacional, perguntou ainda se haverá resfriamento das caldeiras  
279 passando pelo curso d'água. Presidenta solicitou que alguém da empresa esclarece as  
280 dúvidas do Conselheiro. Senhor Marcelo Pinellis informou que foram avaliadas três  
281 alternativas locais, a selecionada mostrou-se do ponto de vista socioambiental  
282 mais favorável. Em relação ao resfriamento disse que são dois tipos de uso de água o  
283 primeiro é para o aquecimento do Gás Natural Liquefeito GNL e outra para o  
284 resfriamento do condensador, essa água sai aquecida e vai para uma torre de  
285 resfriamento para retornar ao processo novamente. Sem mais questionamentos,  
286 presidenta agradeceu aos representantes da empresa e reforçou o convite para



287 Audiência Pública referente ao EIA/RIMA da UTE do RIO MATAPI II, no dia  
288 08/05/2023, às 09 h no auditório da Universidade Estadual do Amapá (UEAP). Em  
289 seguida passou ao **ITEM 4** – Informes sobre os Termo de Referencias para o  
290 Licenciamento Ambiental, passando a palavra ao Conselheiro **PATRICK**  
291 **CANTUÁRIA/SEMA** que informou da criação da Comissão de Avaliação dos Termos  
292 de Referencias composta pelos Técnicos: Patrick Cantuária, Cleane Pinheiro, Alan  
293 Maciel, Bergllyn, Armando Souza e pelo Procurador do Estado Wellington Almeida.  
294 Informou ainda que os TRs ficaram disponíveis para consulta no site da SEMA até o dia  
295 24/04/2023, de agora em diante a Comissão tem prazo de 60 dias para devolutiva das  
296 contribuições. Conselheiro **MARCELO OLIVEIRA** parabenizou pela iniciativa de  
297 abri para consulta pública os TRs, sugeriu que durante antes de bater o martelo a equipe  
298 de análise observe se será possível cumprir tudo o que se está exigindo. Conselheiro  
299 **PATRICK CANTUÁRIA** frisou que as análises serão com base nas normas vigentes.  
300 Presidenta perguntou se algum conselheiro tinha algo mais a colocar. Conselheiro  
301 **JOSÉ DAS GRAÇAS TORRES/MPE** apresentou o representante Suplente do MPE  
302 João Ramos de Matos Filho. Retomando a pauta Presidenta **TAÍSA MENDONÇA**  
303 colocou para apreciação o **ITEM 1** – Aprovação das atas da 184ª RO e 137ª e 138ª RE  
304 não havendo correções a serem feitas, as atas foram APROVADAS. Não havendo mais  
305 nada a ser dito a presidente da sessão, **TAISA MARA MORAIS MENDONÇA**  
306 agradeceu a presença de todos e às doze horas declarou encerrada a reunião. Eu, Maria  
307 de Lourdes Ramos transcrevi a presente ata. A gravação da reunião está arquivada na  
308 secretaria executiva em mídia a disposição.

